

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

Processo Administrativo nº 11.24.847

OBJETO: Realização do Primeiro Ciclo de Inovação do Município de Belo Horizonte para resolver demandas públicas que exijam o desenvolvimento de soluções inovadoras com emprego de tecnologia, a serem implementadas e incorporadas na gestão pública a partir do fomento do ecossistema empreendedor para experimentação, co-criação, colaboração e contratação de iniciativas inovadoras desenvolvidas por Startups

ASSUNTO: Pedido de Esclarecimento

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 5:

“Prezados,

Boa tarde, se abaixo o questionamento em relação ao item 15 do referido edital.

Pergunta: Conforme item 15 do Edital em questão, uma vez divulgado o resultado da etapa de habilitação, "as Proponentes habilitadas em cada desafio serão convocadas, sucessivamente e pela ordem de classificação a fim de negociar as condições econômicas que serão adotadas no CPSI, visando à obtenção das propostas mais vantajosas para a Administração".

A dúvida é em relação à quando e como serão definidos os preços para um futuro Contrato de Fornecimento em escala de implantação. O preço será de alguma forma referenciado pelo preço do CPSI, ou também objeto de negociação entre as partes?

Att,

Carlos Silva”

Resposta

Resposta:

Conforme previsto no Item 20 - Da Fase de Rollout, nos itens 20.7 e 20.8:

20.7. Nessa fase, as startups deverão entregar relatórios a cada dois meses, ao longo dos 6 (seis) meses de implementação. Os dois primeiros relatórios serão parciais, detalhando o progresso e os resultados das integrações, adaptações e melhorias na solução realizados até então, reportando os avanços e barreiras encontradas, enquanto o terceiro e último relatório será um relatório final, abordando de forma abrangente o desenvolvimento e os resultados alcançados pela solução, conforme planejado anteriormente. **O relatório final deverá contemplar, ainda, uma descrição dos próximos passos da startup para uma possível sequência da implementação da solução, através do contrato de fornecimento.**

20.8. **Ao final dos seis meses**, encerrando o contrato de CPSI poderá ser celebrado o contrato de fornecimento e/ou de opção de compra, a critério do órgão titular do desafio e/ou da PBH ATIVOS, sem necessidade de nova licitação, conforme previsto na Lei Complementar nº 182/2021.

E no item 22 - Celebração do Contrato de Fornecimento, no item 22.1:

22.1. Encerrado o CPSI, a PBH Ativos e/ou os órgãos destinatários das soluções inovadoras, poderão celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento do produto, do processo ou da solução resultante ou, se for o caso, para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou aos seus processos de trabalho, respeitados os limites máximos de valor e vigência contratual previstos no art. 15 da Lei Complementar nº 182/2021.

O contrato de fornecimento poderá ser celebrado após o CPSI, quando encerrada a etapa de testes da solução na fase Rollout, desde que entenda-se que a solução já se encontra em estágio avançado para ser implementada, motivando-se devidamente a decisão pela celebração do contrato de fornecimento.

O valor e as condições do contrato estão vinculados ao art. 15 da Lei Complementar nº 182/2021
- Do Contrato de Fornecimento, a saber:

Art. 15. Encerrado o contrato de que trata o art. 14 desta Lei Complementar, a administração pública poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento do produto, do processo ou da solução resultante do CPSI ou, se for o caso, para integração da solução à infraestrutura tecnológica ou ao processo de trabalho da administração pública.

§ 1º Na hipótese prevista no § 6º do art. 13 desta Lei Complementar, quando mais de uma contratada cumprir satisfatoriamente as metas estabelecidas no CPSI, o contrato de fornecimento será firmado, mediante justificativa, com aquela cujo produto, processo ou solução atenda melhor às demandas públicas em termos de relação de custo e benefício com dimensões de qualidade e preço.

§ 2º A vigência do contrato de fornecimento será limitada a 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º **Os contratos de fornecimento serão limitados a 5 (cinco) vezes o valor máximo definido no § 2º do art. 14 desta Lei Complementar para o CPSI**, incluídas as eventuais

prorrogações, hipótese em que o limite poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sendo:

§ 2º O valor máximo a ser pago à contratada será de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) por CPSI, sem prejuízo da possibilidade de o edital de que trata o art. 13 desta Lei Complementar estabelecer limites inferiores.

Ou seja, o valor máximo do contrato de fornecimento será de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em caráter negociável entre as partes.